

14, 15 y 16 de Octubre de 2010 | Rosario



# III JORNADAS DE ECONOMÍA CRÍTICA

A CRISE CAPITALISTA E A SUPERAÇÃO  
NECESSÁRIA DO CAPITALISMO

RENATO KILPP

# A crise capitalista e a superação necessária do capitalismo

Renato KilppT<sup>1</sup>

## Resumo

Historicamente, o capitalismo fracassou como liberalismo, fracassou como keynesianismo e também fracassou como neoliberalismo. Seus limites históricos estão evidenciados nos crescentes níveis de miséria e iniquidade social que promoveram em todo o planeta. Isso não significa, obviamente, que sua superação dialética seja resultado natural destes fracassos. As estratégias de se explorar os homens e suas nações não só evoluíram com o passar dos tempos, mas foram assumindo aspectos e sutilezas que humilhariam Maquiavel e seu pequeno príncipe. Embora a sofisticação destas novas estratégias de acumulação, elas nos indicam exatamente os limites deste modelo econômico. As crises do capitalismo, por mais intensas que possam ser, não conduzem a uma nova sociedade, mais justa e igualitária. Ao contrário, sem a compreensão política dos limites da velha sociedade, sem as lutas das classes e seus projetos revolucionários, o capital seguirá transferindo para o conjunto da sociedade todos os ônus de suas permanentes crises. Muito antes de uma espontânea superação do capitalismo, mais provavelmente se instalará, de forma cada vez mais intensa, a barbárie. É a teoria política que deverá exercer um papel determinante na superação dialética das relações capitalistas de produção. As contradições iminentes deste modo de produção nos servem para atestar sua absoluta impossibilidade em responder às necessidades fundamentais da produção da existência dos Homens, mas, por si só, não orientam o sentido da superação dialética do modelo existente. A superação desta lógica de subordinação aos interesses da lógica de valorização do valor é condição necessária e absoluta para edificar-se uma sociedade mais justa e igualitária.

**Palavras chaves:** crise capitalista, teoria burguesa, teoria marxista, superação dialética.

## I. Generalidades teóricas

O sistema capitalista conviveu, durante toda a sua trajetória, com as crises. Os economistas buscaram sempre encontrar as explicações que justificassem os contextos de perturbação do funcionamento do sistema. Num determinado momento histórico responsabilizou-se a ineficiência das leis de mercado, afirmando que a “mão invisível” da lei de Say impedia o bom funcionamento do próprio mercado. Introduziram novos paradigmas e transferiram responsabilidades para o Estado, que deveria cumprir um

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Livre de Berlim, Professor da Unidade Acadêmica de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Regional, coordenador do Grupo de Estudos em Economia Política da América Latina (GEAL) e coordenador da Pós-Graduação em Economia Política Regional da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil. E-mail: rkilpp@uol.com.br

novo papel, oferecendo o suporte necessário ao processo de valorização do valor, o que incluía a utilização dos recursos públicos monetários e financeiros, os investimentos em infraestrutura, a concessão de benefícios diversos, a legislação mais adequada à acumulação capitalista, entre outros tantos mecanismos de valorização do valor.

Por um determinado período funcionou relativamente bem e boa parte das economias do mundo que adotaram estas práticas intervencionistas conseguiram significativos resultados em seus processos de industrialização, crescimento e desenvolvimento econômico. Em alguns casos, embora por razões políticas resultantes de uma sociedade civil relativamente organizada e sustentada pela exploração das economias de países e sociedades menos desenvolvidas, foi possível observar uma diminuição nos indicadores de iniquidade social e melhoria nas condições de vida naquelas sociedades mais desenvolvidas. Não foi, no entanto, uma realidade observável na maioria dos países do mundo.

Apesar do sucesso aparente da nova fórmula da acumulação capitalista, a capacidade do Estado em oferecer resistência à insistente tendência decrescente das taxas de lucro é limitada histórica, teórica e politicamente, e, por mais uma vez, as taxas de lucro retomam seu conhecido processo descendente. Por mais uma vez, esta mifistofélica lei abusa impiedosamente do capital. Quando o Estado não consegue mais garantir as condições necessárias à acumulação capitalista desde sua própria arrecadação, pela insuficiência destes recursos em relação às necessidades vorazes da acumulação capitalista, terá o Estado de recorrer ao sistema financeiro nacional e internacional por recursos que o capital privado necessita para manter sua lógica de acumulação. Em pouco tempo o Estado entra em falência e o sistema novamente em colapso. Com o Estado falido e as novas crises de valorização do valor comprometendo a rentabilidade dos capitais, novos paradigmas são elaborados e políticas de dimensão macroeconômicas passam a ser exigidas aos poderes públicos por diversas instituições multilaterais internacionais, especialmente para as economias em desenvolvimento ou mesmo subdesenvolvidas. A América Latina se torna o principal palco destas novas experiências de salvamento do valor em decomposição. São recuperados princípios teóricos do antigo e superado liberalismo, mas sem abrir plenamente de alguns elementos das fracassadas políticas keynesianas. Por mais uma vez, não são as próprias leis imanentes à lógica da acumulação capitalista que possuem qualquer tipo de responsabilidade pelas crises de reprodução do próprio capital. O culpado agora, não mais o livre mercado como em fins da década de 1920, passa a ser o intervencionismo desmedido e irresponsável, incompetente, ineficiente e corrupto da própria instituição chamada alguns anos antes para salvar o sistema capitalista. O Estado passa a ser incriminado pela crise da acumulação capitalista.

Há de se observar, no entanto, que nesse meio tempo, o processo de financeirização da economia exerceu um papel importante nos desestímulos persistente nos setores produtivos do capital a partir de meados dos anos 1970, o que contribuiu significativamente nas crises de valorização que surgiram neste período. Quando o Estado necessitou financiar a valorização do valor através de endividamento público, iniciou-se outro mecanismo em paralelo. A valorização do valor através do

endividamento público promovia taxas de valorização superiores àquelas obtidas nos processos produtivos propriamente ditos. Uma lógica de valorização que aparentemente corrompia uma das leis pronunciadas por Marx sobre o valor e sua materialidade objetiva. Entretanto, uma análise um pouco mais aprofundada já permitia perceber que o financiamento do endividamento público poderia, mesmo que temporariamente, ser uma contratendência à queda das taxas de lucro, permitindo novas formas de transferência de renda pública real para os setores financeiros do capital. O capital emprestou ao Estado o dinheiro para financiar o capital. Em seguida, o capital volta a se financiar cobrando do Estado o que antes havia emprestado para financiar o capital. E pouco importa que frações do capital se beneficiem. Ele pode se apresentar sob diferentes formas, mas preserva sempre o mesmo conteúdo.

É neste contexto que surge o neoliberalismo, na tentativa de recompor a capacidade de acumulação do capital e valorização do valor. Em princípio não apresenta um constructo teórico inovador, visto mesclar-se de elementos do antigo liberalismo com uma participação objetiva do Estado, que deve seguir cumprindo seu papel de capitalista coletivo em idéia, se nos permitimos utilizar Marx e Engels. São falsas as interpretações que sugeriram ser o neoliberalismo um modelo econômico anárquico, sem a intervenção do Estado. Ao contrário, mesmo com as apologias do liberalismo, das vantagens do livre mercado, da supremacia do consumidor na construção do bem estar social, mesmo exigindo a liberalização dos mercados produtivo, financeiro e de serviços, a abertura das fronteiras nacionais para uma livre circulação de capitais, redução dos gastos públicos, reforma tributária, disciplina fiscal, privatizações, desregulamentação econômica, entre outros tantos, seguia sendo o Estado a instituição coordenadora da lógica de valorização do valor. Na realidade, se exigia uma nova geografia econômica mundial, eliminando, para o bem estar do capital, os resquícios das economias nacionais. O conjunto de diretrizes do Consenso de Washington deveria ser a tábua salvadora que evitaria o naufrágio do valor em seu processo de valorização. A internacionalização do capital necessitava ser plena. Mas de uma plenitude jamais experimentada pelo capital. A internacionalização do capital mercadoria, do capital produtivo ou do capital financeiro, observados isoladamente, não mais respondia às necessidades da acumulação capitalista. Uma economia globalizada exigia um pouco mais que a internacionalização isolada das formas do capital.

Como resultado, nada além de um paliativo na tendência decrescente das taxas de lucros. Depois de privatizar as empresas estatais, liberalizar e desregulamentar ao máximo as economias nacionais, seguem as crises no setor público e o Estado não tem mais instrumentos mágicos ou recursos para manter processos artificiais de valorização do capital. Mas o que esperar da junção de dois paradigmas historicamente falidos, senão uma nova e mais profunda crise de acumulação capitalista?

## **II. Onde a teoria encontra a história... Ou, onde a história afirma a teoria**

Entre todas as alternativas encontradas pelos regentes deste sistema em sua frenética busca de garantir a valorização do valor, algumas são bastante sintomáticas e nos demonstram o desespero do capital em busca de superar suas contradições imanentes.

Alguns poucos exemplos históricos podem nos evidenciar a melancolia do capital. Lá pelos tempos da grande depressão, nos anos 30 do século passado, além da forte intervenção estatal baseada no legado keynesiano, o alento para uma nova fase de acumulação do capital ocorreu com a internacionalização do capital produtivo em direção aos países subdesenvolvidos do hemisfério sul, especialmente parte da Ásia e da América Latina. Mas isso só vem ocorrer na intensidade necessária em decorrência de uma guerra mundial. Esta apropriação de novos mercados a partir de suas próprias bases produtivas só foi efetivamente possível com a nova geografia política derivada daquela guerra. Para contribuir neste processo de reestruturação dos processos de valorização do capital, soma-se ainda a reconstrução dos capitais produtivos em todos os países afetados direta e indiretamente pela guerra.

A fase eufórica de valorização do valor neste período pós-guerra, no entanto, não ultrapassa duas miseráveis décadas. Nos anos 70 daquele mesmo século outra grande crise se anuncia. Na forma de uma crise do petróleo se evidenciava, por mais uma vez, a insistente tendência decrescente das taxas de valorização do capital. Logo no início dos anos 1980 já estavam evidentes os limites das políticas intervencionistas, que transferiam progressivamente cada vez mais recursos públicos para os cofres dos capitais privados. A fonte seguia sendo a mesma: receita retirada do conjunto da sociedade, repassada sob diferentes formas para a “iniciativa” privada (incentivos, subsídios, empréstimos, etc.). Depois vieram os empréstimos do capital financeiro para garantir a manutenção desta lógica de sustentação do capital privado. Por fim, novos empréstimos para garantir o pagamento dos juros e dos serviços dos empréstimos anteriores.

Como resultado óbvio, a falência dos Estados nacionais, que ficaram sem condições de manter a agenda assumida desde os anos 1930. No entanto, como instrumento do capital, o Estado deveria seguir exercendo seu papel e necessitava assumir novas funções que garantisse níveis aceitáveis de rentabilidade para o capital. Entre estas, políticas que viabilizassem a transferência para a iniciativa privada da maior parte das empresas públicas que pudessem oferecer novos espaços de rentabilidade para o capital. A lógica da privatização supera a mais criativa das imaginações. Elas aparecem inicialmente impondo a transferência das empresas produtivas para os capitais privados, em troca de parcelas da dívida pública, depois o Estado prepara os formatos dos processos de privatização de parte dos serviços, inclusive da previdência e assistência social, além, obviamente, da saúde, da educação, da segurança, da manutenção das estradas, etc. Em alguns lugares chega ao absurdo de se propor inclusive a privatização de sítios históricos arqueológicos como Machu Pichu e Chan Chan, no Peru, ou das águas, inclusive as das chuvas, no estado de Cochabamba, na

Bolívia. Mas a cupidez do capital ainda reservava novas surpresas e conseguiram aprovar leis que permitissem a privatização dos princípios da vida, através da concessão de patentes a quem apresentasse os códigos genéticos de qualquer ser vivo, planta ou animal, bicho ou ser humano (no caso dos seres humanos há uma restrição: não se permite, ao menos ainda não, a concessão de patente ao ser humano “completo”). A privatização dos quatro elementos considerados essenciais à vida humana no planeta, terra, água, ar e fogo, já está em boa parte concretizado. Os elementos terra e fogo já pertencem às corporações multinacionais. Os elementos água e ar estão em processos de privatização. Já inventaram uma “árvore mecânica” que purifica os ares, restam detalhes para se calcular a forma de cobrança de um ar mais limpo. Nos tempos atuais, as corporações comercializam até dióxido de enxofre como alternativas de valorização do valor. Não se trata mais, como podemos observar, de inocentes privatizações e controle das minas de coltan no Congo, da educação no Zaire, da saúde em Bangladesh, do petróleo no Iraque ou dos caminhos do gás no Afeganistão. Os burgueses de meio século atrás sentir-se-iam humilhados com a criatividade dos novos teóricos da burguesia.

As estratégias de superação das crises têm exigido destes senhores muita audácia inventiva. Algumas delas, no entanto, possuem dimensões mais impressionantes, como a necessidade de permanentes reorganizações do espaço econômico mundial: a imprescindibilidade de constituir-se uma nova geopolítica e uma nova geoeconomia. O fim do “socialismo real” do leste europeu e da União Soviética representou novos espaços geográficos sob controle do capital. A incorporação da China e da Índia também exerceu uma importante função neste processo de superação das crises que irromperam naquele final de milênio. Mas estes novos espaços de valorização do valor permitiram um fôlego meramente temporário ao capital. De qualquer modo, os eventuais novos espaços geográficos de ocupação para valorização do valor são limitados e estão todos atualmente já ocupados.

As diversas análises que vão sendo historicamente apresentadas normalmente se sustentam, e assim mesmo de forma bastante débil, nas aparências dos fenômenos. A mais recente das crises de acumulação do capital estava sendo originalmente explicada a partir de uma simplificação impressionante: excesso de créditos duvidosos concedidos de forma irresponsável para inadimplentes potenciais num primeiro momento, que se deriva (então os derivativos) para uma multiplicação “ambiciosa” no sistema financeiro internacional, que os comercializa como qualquer outra mercadoria. Em um determinado momento, em função da inadimplência óbvia, a tal de bolha financeira estoura e os problemas se alastram rapidamente para todos os demais setores da economia e para todas as formas do capital. Para alguns analistas, então, o comportamento de alguns gananciosos e o descuido das autoridades econômicas do mundo são os responsáveis pela presente crise. Ou seja, as atitudes de alguns teriam provocado o desastre econômico mundial que se apresenta no momento. Bastaria então condenarmos os gananciosos, os incompetentes administradores das corporações financeiras, os corruptos dos serviços públicos e privados e criar novas leis de regulamentação da ambição para chegarmos novamente ao paraíso da lógica capitalista.

Estes diagnósticos, aparentemente ingênuos, possuem um conteúdo ideológico essencial para a sustentação política das leis de funcionamento do sistema capitalista. E também são fundamentais para a implementação de novos modelos macroeconômicos que pretendem manter a hegemonia do capital financeiro sobre o conjunto do capital e, certamente, de toda a sociedade.

As propostas intervencionistas que surgem nestes tempos de crise, mesclando elementos keynesianos com liberalismo, são tentativas desesperadas de impedir a bancarrota total do capital. E, o pior, convencem a grande maioria dos personagens deste drama histórico. A crise *subprime* ou a crise financeira imediatamente decorrente nem são os aspectos mais importantes desta crise, apesar de terem oferecido as primeiras nomenclaturas para ela. Depois, quando o sistema produtivo entra em colapso, concluíram que melhor seria denominá-la de crise internacional. Por fim, decidiram que o silêncio seria a estratégia ideal. Até parece que a crise já atingiu seu ápice e a economia mundial se recupera de um mal súbito passageiro.

Poucos economistas tiveram o cuidado de investigar a essência desta crise, como de tantas outras que sistematicamente tem perturbado o ideário da burguesia. Outros, todavia, precisaram de pouco esforço para explicar a essência das mesmas. Bastaria utilizarmos alguns elementos do sistema categorial de Marx para entendermos que a própria lógica da acumulação capitalista produz suas permanentes crises. É de Marx a afirmativa de que o limite da produção capitalista é o próprio capital. E se podemos concordar com isso e afirmar que os limites da lógica capitalista estão determinados pelas próprias leis do sistema capitalista, a superação dialética deste sistema depende, no entanto, da construção política de alternativas.

Não nos parece difícil identificar estes limites, a partir da própria lógica de valorização do valor. Em parte fizemos isso quando nos referimos à lei tendencial de queda da taxa de lucro. Podemos incluir alguns outros elementos que nos auxiliam nestas conclusões. O capitalismo é um sistema competitivo, concorrencial. Cada unidade de capital, para conquistar seus consumidores, sejam de quais setores forem, necessitam disputar a renda limitada à disposição na sociedade. Isso os obrigada a desenvolver permanentemente as forças produtivas, que a mais humilde das explicações teóricas pode concordar que só ocorrem em processos de substituição de força de trabalho por meios de produção e tecnologia cada vez mais modernas. Ou, se quisermos mais precisão teórica, substituição de capital variável (força de trabalho) por capital constante (máquinas, equipamentos, instrumentos de trabalho, matérias primas, etc.). A composição do capital que nada mais é que a relação entre estas duas grandezas sobe progressivamente. Ao mesmo tempo, e pelas mesmas razões, ocorre um efeito inverso com a taxa de lucro, resultado do excedente produzido em relação ao volume global do capital (constante e variável) investido. Além disso, outro agravante se evidencia ao se reduzir progressivamente a parte variável em relação à parte constante do capital: reduz-se relativamente a parte do valor excedente produzido em relação ao capital total. Quantidades proporcionalmente menores de mais-valia para serem apropriadas por volumes cada vez maiores de capital global. Resultado: queda da taxa de lucro. Já estivemos descrevendo, embora de uma diferente forma, este processo.

Existem, certamente, diversos mecanismos de contratendência à queda das taxas de lucro. O recurso ao aumento das taxas de mais-valia, que não representam outra coisa senão o aumento do grau de exploração da força de trabalho, sempre contribuiu para neutralizar aquela tendência decrescente. No entanto, existem limites objetivos ao aumento progressivo e indefinido do grau de exploração da força de trabalho. As lutas de classes impõem, em momentos históricos específicos, alguns destes limites. Aumentar indefinidamente o grau de exploração da força de trabalho, por sua vez, resulta em nova contradição: a produção real de mercadorias necessita realizar-se através do consumo. Dois fatores concorrem simultaneamente para o agravamento das crises capitalistas: a capacidade crescente da oferta de mercadorias em função do desenvolvimento das forças produtivas e a demanda relativamente reduzida da sociedade, devido aos aumentos no grau de exploração da força de trabalho e também devido ao aumento progressivo do exército industrial de reserva.

Importante lembrar que a base material da riqueza, em uma sociedade capitalista, como Marx nos afirma no primeiro parágrafo d'O Capital, é a mercadoria. E seu valor precisa ser plenamente realizado para que o valor excedente se efetive e resulte em lucro para o capitalista. A capacidade inventiva dos teóricos da burguesia parece estar diante de limites intransponíveis.

De todos os modos, pode-se registrar o fracasso histórico do liberalismo, do keynesianismo, do neoliberalismo, do consenso de Washington, do neo-keynesianismo e haveremos de testemunhar, muito em breve, o fracasso de todas as medidas atuais de tentativa de superação da presente crise, que precisa ainda ser considerada em sua associação com diversas outras crises que já estavam evidenciadas desde muito tempo: a crise de matéria e de energia, a crise ambiental, a crise alimentar e uma crise humanitária, e todas de amplitude global. E, por pressuposto, afirmamos que todas elas derivam de uma mesma raiz, qual seja, as contradições internas à própria lógica da acumulação capitalista.

A superação desta crise, e das demais que a acompanham, dependerá de programas e projetos revolucionários. Se considerarmos que sua natureza se relaciona a alguma má condução das políticas econômicas pelas autoridades devidas, sejam elas no âmbito da administração pública, sejam elas no âmbito das administrações privadas, estaremos incorrendo em propostas reformistas de pouco ou nenhum valor histórico. É o que temos visto acontecer na maior parte do mundo neste momento. Se alguns analistas consideram que a crise atual é resultado das ambições do sistema financeiro, obviamente aplicarão um receituário limitado a salvar as instituições financeiras e alguns setores do capital produtivo, através de investimentos diretos, redução de impostos e de juros e ampliação de créditos para incentivar o consumo. Mas a crise nunca foi exclusivamente de superprodução de capital ou de subconsumo de mercadorias. E certamente não é uma crise de especulação financeira descontrolada. Como acontece com frequência impressionante, os diagnósticos errados resultam em remédios equivocados. Mas, na verdade, nem podemos afirmar que os diagnósticos são errados. Eles possuem, sim, conteúdos político-ideológicos diferenciados.

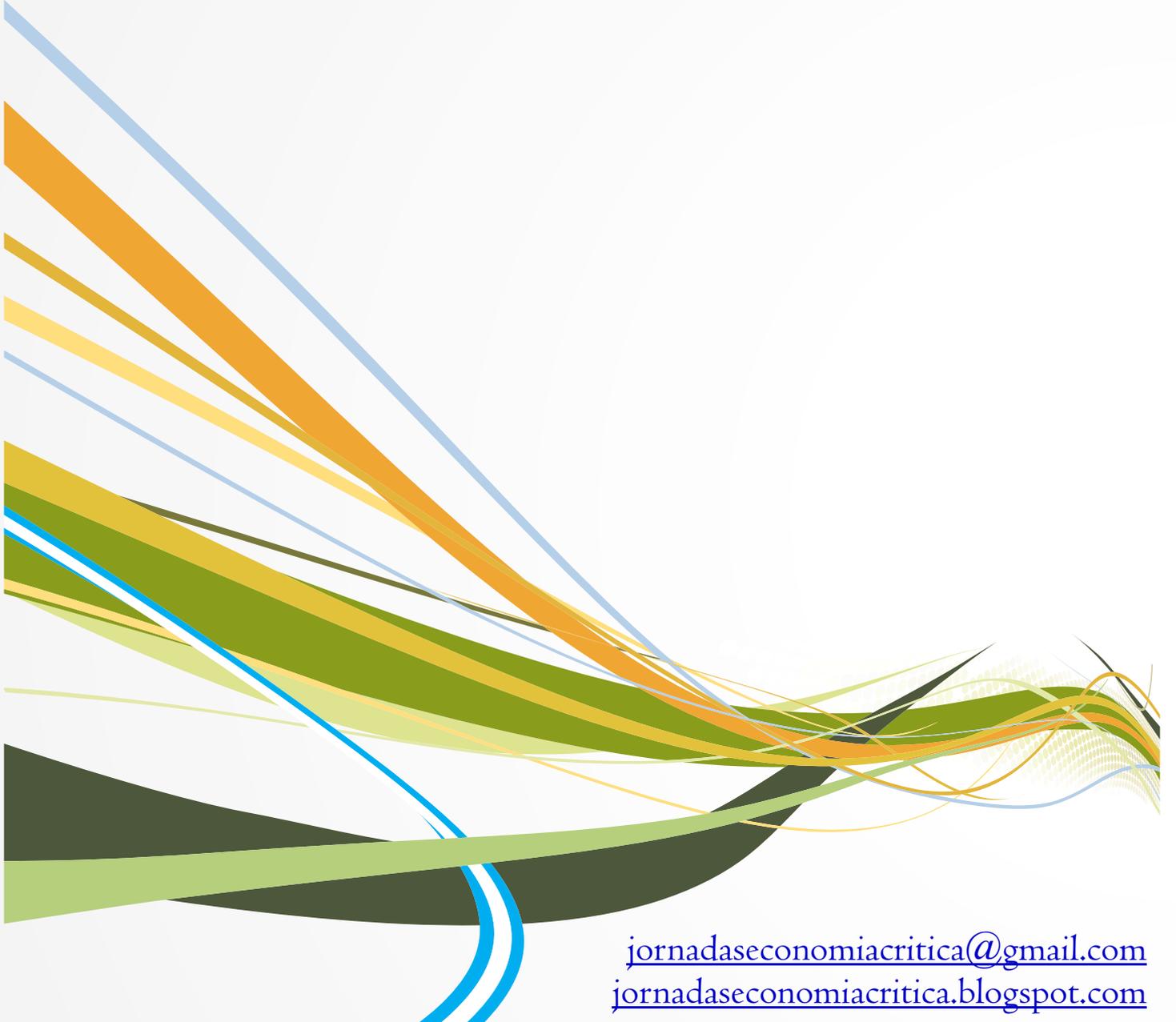
Alguns analistas burgueses têm insistentemente afirmado ser fundamental a recuperação da economia estadunidense para que o mundo capitalista em seu conjunto possa sair desta crise. Certamente não há ingenuidade nestas afirmações, mas não se pode honestamente acreditar nesta possibilidade. A economia dos EUA, que representa 25% da economia mundial, tem no somatório de suas dívidas públicas e privadas um valor equivalente ao PIB do mundo inteiro, algo em torno de US\$ 54 trilhões. E alguém, neste planeta, segue subsidiando este endividamento. E, certamente, pessoas e países de um mundo onde menos de quatro centenas de pessoas se apropriam de quase 50% na renda mundial, enquanto outros 1,5 bilhões de pessoas estão obrigadas a sobreviver com menos de US\$1,00 ao dia. Embora não existam dados precisos, alguns analistas acreditam que a ciranda financeira tenha atingido um valor astronômico de aproximadamente US\$ 600 trilhões, algo equivalente a 12 vezes o PIB mundial. Outros já têm afirmado algo em torno de US\$ 1 quatrilhão. Pouco importa. Qualquer destes valores representa uma ficção que o capital não pode materializar. Riquezas fictícias que foram se acumulando no tempo, iludindo o valor em seu processo de valorização. A conta está, por mais uma vez, sendo cobrada do conjunto da sociedade. A OIT estimava que em 2009 outros 50 milhões de trabalhadores estariam desempregados, o número de pessoas trabalhando com renda inferior a US\$ 1,00 por dia deveria aumentar em 40 milhões e o número daqueles trabalhando com renda inferior a US\$ 2,00 por dia deveria ser acrescida em mais de 100 milhões de pessoas até o final daquele ano de 2009.

Poucos analistas da economia crítica concordam com algumas avaliações que sugerem o colapso do sistema capitalista como alternativa para sua superação dialética. Outros simplesmente sentem um prazer mórbido nestes momentos por verem confirmadas as suas previsões analíticas. Mas já compreendemos, desde muito tempo, que este processo de superação histórica do sistema capitalista não está determinado exclusivamente pelas suas contradições internas, que promovem todas as crises de valorização do valor e a conseqüente miséria humana. As crises do capitalismo, por mais intensas que possam ser, não conduzem a uma nova sociedade, mais justa e igualitária. Ao contrário, sem a compreensão política dos limites da velha sociedade, sem as lutas das classes e seus projetos revolucionários, o capital seguirá transferindo para o conjunto da sociedade todos os ônus de suas permanentes crises. Muito antes de uma espontânea superação do capitalismo, mais provavelmente se instalará, de forma cada vez mais intensa, a barbárie. É a teoria política que deverá exercer um papel determinante na superação dialética das relações capitalistas de produção. As contradições imanentes deste modo de produção nos servem para atestar sua absoluta impossibilidade em responder às necessidades fundamentais da produção da existência dos Homens, mas, por si só, não orientam o sentido da superação dialética do modelo existente.

Os economistas matemáticos e suas teorias não podem mais responder, senão de forma superficial e insustentável, aos problemas do presente. Suas construções teóricas, que andaram justificando as políticas econômicas e sociais nos dois últimos séculos, nunca consideraram a existência dos seres humanos. A economia destes senhores se resumiu sempre em modelos que privilegiaram a valorização do valor independentemente das suas conseqüências sociais ou ambientais. Nem conseguiram,

em verdade, construir um arcabouço teórico com um mínimo de lógica histórica. Mas eles nunca foram ingênuos e sabem que as suas construções teóricas sempre tiveram um objetivo econômico e um objetivo ideológico. A exploração dos homens, das sociedades e da natureza por um lado e o convencimento dos homens e das sociedades que o bem estar social seria o resultado da aplicação de suas teses. Neste momento, quando as aplicações destas suas teses registram o inegável resultado histórico de pleno fracasso, lhes falta até mesmo o apoio frio e pouco sensível dos seus números.

Ainda existem os ingênuos e incompetentes economistas, que acreditam por fé na teoria geral dos equilíbrios. Nem por isso são inocentes, pois a realidade concreta de miséria e desigualdades não pode ser ignorada. Talvez comunguem com a crença judaico-cristã da recompensa divina e da fatalidade natural dos destinos humanos. Sendo assim, os burgueses serão impedidos de entrar nos reinos dos céus e o proletariado encontrará enfim sua paz. Não há confirmação histórica ou teórica que a morte seja uma verdadeira recompensa. Melhor seguirmos confiando nas utopias e transformar este mundo, enquanto o outro não vem.



[jornadaseconomicacritica@gmail.com](mailto:jornadaseconomicacritica@gmail.com)  
[jornadaseconomicacritica.blogspot.com](http://jornadaseconomicacritica.blogspot.com)